

Três décadas depois da sua reunião em francês (1966) e duas após uma primeira edição parcial em português (1978), a coletânea *Escritos* é vertida, na íntegra, para a nossa língua.

Livro "difícil", concebido como destinado à formação de psicanalistas: "Toda a nossa retórica visa a atingir o efeito de formação" (p.731) -, mesmo assim, e talvez por isso mesmo, logo alcançou um sucesso editorial e irradiou um fascínio que transbordou as fronteiras do ofício e causou impacto para além da língua francesa, incluídos amplos efeitos no panorama da psicanálise brasileira.

Os efeitos da edição original não serão repetidos, mas uma boa e objetiva medida da qualidade da versão completa em português será a sua capacidade em aumentar a acuidade da recepção das teses de Lacan, tornando-se um instrumento valioso para a reflexão psicanalítica no nosso meio.

Embora sem sombra de dúvida o seu surgimento esteja condicionado pela história da exegese do autor entre nós (algumas das decisões de tradução mais ou menos felizes são testemunha disso), o cuidado e a dedicação ao empreendimento permitem augurar que se haja aberto a possibilidade de recriar em português a vivacidade de um estilo de indagação do inconsciente que permita a todos os interessados em psicanálise, independentemente de simpatias e/ou críticas, uma nova e boa ferramenta de trabalho.

Isso o futuro mostrará. Eventuais senões que amistosamente podem ser apontados não devem desviar o foco do que no empreendimento é louvável e realmente relevante: a dedicação perseverante e temerária a uma missão árdua e quase impossível: a elaboração da versão em português de *Escritos* que não se concebem como mera

Escritos em português

Resenha de Jacques Lacan, Escritos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998, 944p.

codificação de conceitos por signos arbitrários. Ao longo do livro é posta em prática a tese de o estilo e a letra formarem o sentido. Nestas circunstâncias, a mera procura de palavras supostamente com o mesmo significado nas duas línguas trairia o mais chão espírito da coisa.

Posto que decisões por perdas e ganhos indesejáveis de conteúdos semânticos são praticamente inevitáveis, parcela substancial do mérito pessoal dos empreendedores da tarefa (a tradutora Vera Ribeiro e os consultores técnicos Antonio Quinet e Angelina Harari) reside na coragem de se proporem a um empreendimento facilmente suscetível de críticas. Exatamente por isso, o interlocutor sério deve se coibir esse gênero de leviandade, indicando alternativas para cada problema que realmente se sinta na obrigação de apontar.

O seu trabalho é extremamente sério e reconhecem o atual acabamento da sua tarefa como provisório, convidando o leitor a apresentar melhores soluções (se as tiver). Na falta delas, preservam o francês, formulam notas, usam várias palavras em português.

Têm uma salutar e desejável preocupação em seguir a literalidade do original, embora aqui às vezes façam concessões ao tom de uma certa coloquialidade, pouco compatível tanto com o espírito do original quanto com o fato de se tratar de e dos *Escritos*. Apenas um exemplo: quando a tradução sustenta que "É a verdade do que esse desejo foi em sua história que o sujeito grita **através de** seu sintoma..." (p. 522), o original afirma que o sujeito grita **por** seu sintoma: "*C'est la vérité de ce que ce désir a été dans son histoire, que le sujet crie par son symptôme...*" (p. 518). Ainda que mínima traição à literalidade, além de desnecessária não chega a ser inocente a inserção de um "através de". O sintoma, enunciação da verdade do desejo, fica reduzido a mero lugar perpassado pelo seu enunciado.

A improbabilidade de edições perfeitas, a inevitabilidade de umas e outras falhas, não justificam um certo descaso para com o padrão da língua culta e escrita, que parece combinar afrancesamentos com concessões à oralidade, desnecessariamente diluindo em português

a força sibilina e a precisão cortante do enunciado original. Uma próxima edição beneficiar-se-ia de uma atenção especial a este ponto.

O leitor merece não ser poupado das dificuldades inerentes à escrita lacaniana, sob pena de não se alcançar o que com ela se visa. Se a intenção foi aproximar-se da provável linguagem do leitor médio, foi boa mas orientou-se mal. O ofício de Lacan conduziu-o ao descrédito em atalhos para se chegar à clareza: "Restabeleço que o que se enuncia bem concebe-se claramente — claramente quer dizer que isso faz o seu caminho." (*Télévision*, p.71).

É a enunciação bem dita que permite iluminar o sentido que a palavra guarda. Por isso não parece haver boa razão para, em prejuízo do caminho que verdadeiramente conduz à clareza, alterar a literalidade quando for possível mantê-la. Por exemplo, por que traduzir "*jaculation*" por "dardejamento", em vez de "jaculação"?

Lá desde os primórdios da língua portuguesa, diz-nos o Pe. Manuel Bernardes (citado por Caldas Aulete) que "As orações jaculatorias têm este nome porque à maneira de setas se arremessam ao céu". Com a substituição perde-se, desnecessariamente, a força da letra para evocar e fazer ressoar uma forma de interperação do Outro na for-

ma do “lançamento de sentenças”, plenamente disponível e enunciável em português como em francês. Para que achatar o significante em um significado, se a escrita lacaniana o evita e o psicanalista afasta qualquer possibilidade de instrumentalizar a palavra em usos aquém da eficácia que ela guarda para além da competência lingüística do falante?

“Soluções” deste tipo não são convenientes. O texto não deve submeter-se ao entendimento imediato do leitor, sob pena de, em prol de um Lacan elucidado, se diluir o peso da alteridade. Pelo contrário, a se dar crédito às teses do autor (fazendo-lhe a justiça de tratar a sua obra pelos seus critérios), a direção de subordinação deve ser outra, oposta: para Lacan, à medida da leitura, a letra faz o seu caminho, constituindo o leitor.

Não é à toa que teve o cuidado de exigir e inserir o seminário sobre “a letra voante” ou “carta roubada” logo no início da coletânea: ao explicar a letra indica implicitamente o procedimento de leitura recomendável, que não é o do evitamento das sutilezas e das dificuldades da língua em todas as suas ressonâncias, plenas de conseqüências, quer sejam imediatamente reconhecidas quer não “... ler em absoluto nos obriga a compreender” (*Encore*, p. 61).

Apontamentos como este prendem-se ao entusiasmo com o surgimento e as qualidades do livro. Acatam o convite para propor outras soluções, na perspectiva de contribuir para que a versão se aproxime ainda

mais do espírito e das intenções do original, em benefício do estudo da psicanálise. Já foi dito que a verdadeira avaliação da qualidade da tradução advirá da repercussão que venha a ter no desenvolvimento e na qualidade da reflexão que propicie, o que entendemos ser o melhor parâmetro para o julgamento da versão de uma obra destinada à formação de analistas.

A maioria dos reparos feitos e a fazer dirigem-se mais à concepção do empreendimento (aparentemente concebida aquém da sua real dimensão) do que à tradução propriamente dita (embora secundariamente derivem em críticas a esta). Um sinal desta presumível subestimação é o fato de numa obra de tamanho vulto a explicação de certas decisões de tradução ser remetida a outra publicação da mesma editora. O leitor que, em todos os sentidos, paga o preço dos *Escritos*, tem o direito de encontrar as notas a que faça jus nas páginas dos mesmos, não devendo supor-se que tenha às mãos o segundo volume do seminário para saber as razões da tradução de “je” por [eu]. Aliás, provavelmente inspirada na solução encontrada pela versão em espanhol de Tomás Segovia (“yo [je]”), diga-se que esta “solução” peca por como que introduzir na língua uma palavra em estilo de matema, contrariando a conveniência de veicular em vernáculo escorreito o que se almeja fluente em português. Se esta for

a “tradução” possível (o que não é verdade, foi adotada para que não se revisse a conveniência de traduzir “mo” por “eu”, previamente acertada no contexto “lacano-brasileiro”, à revelia do desafio de tradução dos *Escritos*), melhor é deixar o termo em francês e introduzir notas, como prudente e sabiamente noutros momentos foi feito.

Outro iudício do mesmo equívoco é a invocação de supostas “expressões lacanianas consagradas” (pág. 936) como argumento em prol de decisões de tradução. Como nenhuma solução é sagrada, o que pode valer como argumento é a justificação racional da decisão tomada. Quem consagrou a substituição de “cure” por “tratamento” (em vez de “cura”)? Uma certa exegese psicanalítica e/ou lacaniana ou considerações lingüísticas? Se há argumentos em prol da decisão de tradução tomada, não devem ser ocultados atrás de uma suposta consagração, que na melhor das hipóteses inviabiliza a correção de erros e a discussão de acertos, e na pior reduz-se a anuência para com a transformação subreptícia de uma divergência de opinião em “correção” do original.

Parafraseando Lacan (21-12-66), as memórias do seu ensino farão o que quiserem. Ainda assim, e principalmente por isso, é preferível deixar a palavra fazer o seu caminho, evitando decisões que, à falta de explicações válidas, pareçam resvalar da tradução para a retificação do original. Não se gosta do emprego do termo “cura” em psicanálise? Assinale-se a discordância em nota de rodapé, sem adulterar o texto. Isso é le-

gítimo e admissível, mas não o é a mera troca da palavra, não ousada nem no original nem na versão em espanhol. Se não forem dadas as explicações lingüísticas que a motivam, corre-se o risco de aproximar a decisão da prática em desuso de uma tradução censora, que, independentemente do que a motive, não é defensável.

Enfim, os “usos e costumes” da obra nem são definitivos nem devem reescrevê-la. As concessões feitas a estes parecem realmente confirmar um erro de enfoque quanto ao empreendimento, que deve ser, e certamente é, muito maior do que o modo como aparentemente foi concebido. Não deveria ser encarado como feito à moda dos usos atuais de uma corporação profissional, mas como a colocação à disposição na cultura em língua portuguesa de uma obra fundamental.

Repita-se que senões como este são menos erros de tradução do que expressam uma compreensível submissão da publicação ao momento atual de recepção e elaboração do pensamento lacaniano no Brasil. Mas a prioridade deve ser invertida. Os *Escritos*, do ponto de vista intelectual e da sua influência cultural, bem entendido, não são propriedade de uma doutrina sistematizada a partir deles ou de uma corporação sócio-profissional qualquer. Estes é que são tributários deles, e se quiserem perdurar e gerar frutos não devem poupar-se de repensar-se e de repensá-los.

A praticamente inevitável, mas lastimável, influência episódica de idiosincrasias do, por assim dizer, “lacanismo brasileiro” num trabalho cheio de qualidades confirma-se na adoção do neologismo “forclusão” para “traduzir” “forclusion” em português, preclusão: “perda de uma determinada faculdade processual civil, pelo não exercício dela na ordem legal, ou por se haver realizado uma atividade

incompatível com tal exercício, ou ainda, por já ter sido ela validamente exercitada” (Caldas Aulete). Não deve ter sido à toa que Lacan adota o primeiro para verter o alemão “*Verwerfung*”, e se o faz recorrendo a um vocábulo do universo do Direito é para manter as ressonâncias deste no campo da sua reflexão sobre o sujeito.

De um ponto de vista estritamente comprometido com o trabalho de tradução não pode haver dúvidas quanto ao equivalente em português de “*forclusion*”, e se houver, basta consultar um dicionário. Portanto também aqui esta primeira edição reflete a adesão a uma interpretação corrente de Lacan, afeita à invenção e ao emprego de termos “técnicos” (aqueles que se criam para evitar a ambigüidade das línguas naturais, tão cara a Lacan). Mas, se realmente a verdade faz o seu caminho e ressoa na língua, numa escrita e numa “teoria” pensadas para a servir, não cabe a criação desnecessária de neologismos tecnicistas. Incompatível com o pensamento do psicanalista, tal procedimento “tapa a boca” do Outro, obsta à evocação da verdade, preterindo-a em prol da exatidão. Próprio das ciências exatas, não serve à escuta do sujeito, até por evidenciar uma concepção do papel e da importância do significante na contra-mão do que é devido.

Neste caso específico, o efeito deletério da pretensa “neutralidade” do termo técnico é particularmente visível no seu emprego mais comum: desprendido das ramificações da sua significância, contando apenas com o significado, não mostrou força para obstar a que o que se devia entender estruturalmente seja (mal) compreendido como “coisa”, ainda por cima psíquica. A indicação do estatuto do inconsciente como ético (vide *Livro XI: Os quatro conceitos fun-*

damentais da psicanálise) vira palavra vã e, em vez de rastreável por atos, o sujeito é (mal) tratado como objeto psíquico.

O exemplo é bem sugestivo de como algumas convenções terminológicas, a que se dobrou a tradução, nem combinam com o espírito da obra lacaniana (um exigente convite a lidar com as dificuldades e as sinuosidades da língua e não ao enganoso forjamento de facilidades), nem acuram a legibilidade, atrapalhando a produção do tipo de clareza que convém à formação de psicanalistas. Lacan reenfoca os “defeitos” (“imprecisão”, ambigüidade, polissemia...) das línguas naturais em qualidades. Não concebe que possa haver transmissão se o tom para dizer as coisas do inconsciente não estiver à altura do modo como se passam. Os meios da verdade (e da mentira), que como psicanalista lhe interessam, não são os da exatidão.

Nenhum destes senões compromete uma avaliação favorável ao conjunto. Perante a enormidade da tarefa cumprida, o praticamente inevitável condicionamento da edição pelo “lacanismo” circunstancial não chega a ser um defeito. Ao aproximar o pensamento lacaniano da língua portuguesa, a versão apresenta qualidades e fôlego para retroagir sobre a reflexão psicanalítica entre nós. As alterações que introduzir nesse contexto e que induzam ao estabelecimento de modificações e de correções (para as quais os seus responsáveis estão abertos) devem ser entendidas como uma medida do seu sucesso.

O título *Escritos* é fiel ao que lá se encontra. Reúne testemunhos da progressiva elaboração de um pensamento, pontualmente comentados, sem a preocupação em esconder fissuras ou disfarçar os tempos de constituição de suas teses.

Um cuidado que se deve ter ao adentrar a leitura é evitar manter falsas expectativas quan-

to à natureza e às intenções do texto. Além de não sistematizarem nenhuma doutrina, gravitam em torno de questões em aberto, vitais para o humano e entendidas como fundamentais para o exercício da psicanálise. A unidade do conjunto deriva dos problemas tratados e não da fidelidade às soluções que percorre: não é uma obra explicitadora de um sistema dogmático.

Documentos de diversas épocas foram incluídos sem maiores alterações, havendo apenas o cuidado de antepor ao conjunto uma “Abertura desta coletânea” e de interpolar textos (“De nossos antecedentes”, “Do sujeito enfim em questão”, “De um desígnio”, “De um silabário a posteriori”) e inserir notas que situem o leitor quanto ao ponto de elaboração em 1966 de algumas das questões tratadas. O autor apresenta-se e sugere parâmetros para a leitura, comentando-se.

Para não se distrair do fundamental, o leitor deve ter em mente que o talento de Lacan para refletir a agressividade e a alteridade postas em pauta pela constituição do sujeito na relação com o outro (pensadas em escritos como “O estádio do espelho como formador da função do eu” e “A agressividade em psicanálise”) não se consubstanciou no cuidado em explicitar que os seus ataques às teses “de outros” via de regra carregam uma forte dose de invisível autocrítica feroz.

Não se espere encontrar proposições clara e diretamente informativas. Na “Abertura desta coletânea” o leitor já é adver-

tido da meta do ensino lacaniano: dirige-se a analistas e pretende atingir o tom conveniente à sua formação. Portanto o conjunto não visa primordialmente informar a respeito de teses. Organiza-se num estilo e em procedimentos de indagação bem ou mal julgados convenientes para aquele fim. Para formá-los é fundamental ensinar a conviver com a aparente opacidade da palavra, ensinar a suportar a espera do sentido e/ou a abdicar da sua produção, transmitir-se em estilo que mostre a necessidade do sujeito desobjetivar-se, testemunhando-se e escutando-se situado em outro (lugar) em que se diga: “Queremos com o percurso de que estes textos são os marcos e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si”. (p. 11) Menos do que usar a palavra, trata-se de fazer reconhecer e produzir no leitor a possibilidade de em ato ser apreendido pela letra formando efeitos, determinando o sujeito.

Lacan se interessa pela linguagem de uma maneira diferente da que importaria a um lingüista. A importância da palavra no seu ensino enraíza-se na preocupação em pensar o sujeito: “Que se possa ver, no que aqui se desenha de uma referência à linguagem, o fruto da única imprudência que nunca nos enganou: a de não nos fiarmos a nada senão à experiência do sujeito que é a matéria única do trabalho analítico” (p. 71). “Menos do que compreender o sujeito, em psicanálise trata-se de o transformar, atingir o que ele é. É que ao tocar, por pouco que seja, na relação do homem com o significante... altera-se o curso de sua história, modificando as amarras do seu ser.” (p. 531).

A palavra menos lhe importa no que comporte de objetivo do que como plataforma fenomenal para tratar do sujeito. E não é por acaso que o artigo que abre a coletânea é "O seminário sobre *A carta roubada*." Como tantos outros escritos, subsidiário da sua obra oral, nele se alinham indicações sobre a letra e os seus efeitos "assujeitantes", e até mais radicalmente sobre "se ser" e, por assim dizer, o seu tratamento pela psicanálise. Em francês "carta", "letra" e "ser" são homófonos. Lacan não brinca com trocadilhos. Este seminário é uma carta dirigida a cada leitor com as instruções de uso dos *Escritos*. Distrações quanto às indicações ali disponíveis, o descaço para com essa "cartada", costumam levar a confissões apressadas de ilegitimidade e a uma tendência a substituir a sua leitura pela de comentários, ainda mais indevida se o leitor for analista, pois a suposta ilegitimidade é-lhe especialmente dirigida.

Ao contrário de outras propostas de pensamento contemporâneas, não desiste de pensar o sujeito. Mas não o pensa psicologicamente. O descalabro epistêmico e ético que constata na psicologia o induz a cogitá-lo à revelia de toda e qualquer possibilidade de o apreender.

A meta do autor é a transmissão de uma experiência do sujeito e não a conceituação de uma ciência do psiquismo. Isso havia sido a sua pretensão primeira. Desse período, felizmente agora disponíveis em português, constam na coletânea documentos importantes como "Formulações sobre a causalidade psíquica" e "Para-almém do *Princípio de realidade*", realmente imprescindíveis para a explicação das posteriores teses psicanalíticas.

Foi dos impasses que levaram à desistência dessa meta que se desenvolveu o seu interesse por uma prática, a psica-

nálise, e um problema, o inconsciente, que acabaram induzindo-o a refletir a palavra profundamente. O produto do abandono das pretensões de fundar uma psicologia de pendor fenomenológico, baseada na psicanálise, em direção à posição de psicanalista rastreador do sujeito na sua irredutível condição de agente enunciante, apenas fenomenalmente testemunhável pela significância, indica-se nas linhas e nas entrelinhas de um escrito como "Função e campo da fala e da linguagem": "O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente." (p. 260). Continua: "Assim desaparece o paradoxo apresentado pela noção de inconsciente, se a relacionarmos com uma realidade individual".

O impasse que o levou ao deslocamento da posição de epistemólogo de uma psicologia concreta que se serve da psicanálise para a atitude de um psicanalista descrente em cognições prende-se ao "conceito" de inconsciente. Perenemente retomado em correlação com uma reflexão sobre o sujeito a partir da linguagem, ambos são cogitados um pouco por toda a parte e em escritos como "Posição do inconsciente" e "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano". Outra boa oportunidade de se introduzir a esta problemática e à sua articulação com a linguagem é por meio de "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud".

Menos do que investigar e informar a respeito de um funcionamento "psíquico", o psicanalista trata de com a palavra "pro-

vocar" o sujeito. É claro que alguma "compreensão do caso" é inevitável, mas a meta maior é manter aberta a possibilidade de dar ouvidos ao desconhecido ser inconsciente e não domesticar em significados os operadores da prática psicanalítica, reduzindo-a a uma versão canhestra de alguma psicologia cognitivista.

Estas intenções permaneceriam ineficazes se apenas se expressassem nos significados dos textos. Não adiantaria estar informado da impossibilidade de conhecimento do sujeito, se esta informação fosse processada como um conhecimento a esse respeito, tanto porque isso propiciaria que se metessem as mãos pelos ouvidos (a "vontade" de pôr olhos e mãos à obra para fazer coisas pelos "outros", como "terapeutizá-los"), mas principalmente porque isso inviabilizaria a atenção ao fato fundamental do inconsciente: "A coisa freudiana" é sujeito de fala. Importa ouvi-la.

Portanto a psicanálise, que soube dar-lhe ouvidos, não pode conceber-se nem exercer-se como uma psicologia. Lacan preocupa-se imensamente em pensar o seu estatuto e em repensar a sua técnica (vide por exemplo "A ciência e a verdade" e "Intervenção sobre a transferência") e não é à toa que, sem verdadeiramente se propor a fundar uma nova ciência (quer seja do psiquismo, do símbolo ou do humano), há um tom de inquietação epistemológica por toda a parte.

Mas enquanto psicanalista a sua reflexão aponta para além e para aquém da ciência e da psicologia. O pôr-se em questão o sujeito é muito mais nuclear ao seu pensamento do que a atual propensão para uma tentativa de formalização cabal das suas hipóteses. Por inexoravelmente mal sucedida, o que desta realidade importa são os seus impasses. Ou seja, o seu fiasco, em que se assinala o real.

Qualquer prolongamento de um sobrevôo sobre a coletânea seria descabido, pondo-se em desacordo com a recomendação de cada um traçar os seus próprios caminhos na obra do pensador. Uma vez advertido quanto à necessidade do estilo e às razões inerentes à letra (bem como alertado quanto ao seu enraizamento numa reflexão epistemológica sobre a psicologia, que dá forma à "sua" psicanálise), o leitor conta com o suficiente para mergulhar na leitura sem se deixar prender por preconceitos correntes. Possa permitir-se o encontro com uma ampla disponibilidade de possibilidades de, por conta própria, lá estabelecer contrapontos que o auxiliem a, independentemente de acordos ou adesões, pensar questões pertinentes à psicanálise (e não apenas a ela).

Se a presente edição melhorar a qualidade de apreensão das suas teses e de suas implicações, entre outras coisas contrariando a tendência atual para substituir a leitura do próprio pela de divulgadores mais ou menos oficiais, diminuindo a propensão a lê-lo de esguelha (reduzindo-o a "influências" e "colagens") e o impudor de "explicá-lo" pela biografia, quiçá poderá contribuir para materializar, ainda que tardiamente, a "profecia" lacaniana de em alguns anos a sua escrita se tornar clara para todos.

O lançamento já está e ainda mais estará de parabéns.